



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2021

DISPENSA Nº 013/2021

CONTRATO Nº. 014/2021

Compromisso celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ sob o número 04.214.440/0001-00, com sede na Rua Octogonal, nº. 684, Jardim Imperial, Luís Eduardo Magalhães - BA, representada pelo Presidente **FERNANDO CARNEIRO DE ARAÚJO**, brasileiro, inscrito CPF/MF nº 039.770.095-40, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **E H A PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 40.019.187/0001-90, situada à Rua B1, nº. 943, Bairro Boa Vista - Luís Eduardo Magalhães/BA, representada pelo Sr. Rodrigo Almeida, inscrito no CPF sob nº.053.784.565-84, doravante denominada **CONTRATADA**, com as normas contidas na Lei Nacional nº. 8.666/1993 (e alterações posteriores) Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, na **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021, DISPENSA Nº 013/2021**, para cumprimento do objeto abaixo descrito:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de intermediação de mão de obra para os serviços de servente de área administrativa e auxiliar de jardinagem, a serem executados nas dependências da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, com o fornecimento de equipamentos, materiais e ferramentas necessárias e adequadas para a manutenção, conservação e limpeza da área do jardim deste Poder Legislativo, pelo período de 01 (um) mês.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO Este Contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei Nacional nº. 8.666/1993 (e alterações posteriores), Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº. 9.433/2005 no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021, DISPENSA Nº 013/2021, na Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos que compõe o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução deste contrato é INDIRETO POR MENOR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar os pagamentos, observadas as disposições do item próprio deste CONTRATO;
- b) designar representante para relacionar-se com a CONTRATADA como responsável pela execução do objeto.
- c) supervisionar o objeto deste contrato, exigindo prestação no fornecimento e correção das falhas eventualmente detectadas;
- d) permitir acesso da CONTRATADA ao local da entrega dos materiais;
- e) esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação ao fornecimento do objeto;
- f) manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

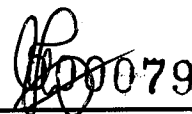

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações legais e contidas no termo de referência:

a) Fornecer os equipamentos deste rol (o qual poderá ser complementado nominalmente e quantitativamente), materiais e ferramentas necessárias e adequadas para a manutenção, conservação e limpeza da área de jardim deste Poder Legislativo, como:

- Item 1 – Roçadeira à combustão (quantidade – 01);
- Item 2 – Carro de mão (quantidade – 01);
- Item 3 – Pá grande com cabo (quantidade – 01);
- Item 4 – Pá garfo para afogar a terra com cabo de madeira (quantidade – 01);
- Item 5 – Enxada com cabo (quantidade – 01);
- Item 6 – Enxadeco com cabo (quantidade – 01);
- Item 7 – Vassourão (quantidade 01);
- Item 8 – Facão (quantidade – 01);
- Item 9 – Serra manual para poda (quantidade - 01);
- Item 10 – Serrote de poda (quantidade - 01);
- Item 11 – Tesourão de podar (quantidade – 01);
- Item 12 – Ancinho três dentes com cabo de madeira (quantidade – 01);
- Item 13 – Escada alumínio com altura mínima de 03 metros (quantidade – 01);
- Item 14 – Contentor para lixo com rodas (quantidade 01);
- Item 15 – Pulverizador 20 litros (quantidade 01).

- b) Substituir de imediato o(s) produto(s) danificado(s) em decorrência de fatores físicos e/ou químicos, quando reclamado pela contratante, tudo de acordo com as disposições do código de defesa do consumidor.
- c) Tomar todas as providências necessárias a fiel execução do contrato;
- d) Entregar o objeto/serviço do contrato de acordo com as especificações, os quais deverão ser sempre de boa qualidade, segundo os padrões definidos pelos órgãos de controle de qualidade e padronização, no que couber, considerando-se as disposições da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) quanto às responsabilidades dos licitantes enquanto fornecedores e/ou prestadores de serviços nos casos de sinistros que acarretem danos à Câmara Municipal, inclusive com a inversão do ônus da prova;
- e) Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato ser firmado;
- f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- g) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da entrega dos itens/materiais/ ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;



h) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada ao fornecimento originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

i) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da realização da contratação;

j) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, poderá veicular qualquer publicidade ou informação citando a CONTRATANTE sem a prévia autorização da mesma;

k) Indicar uma pessoa hábil para contato direto com o gestor, a fim de resolver todas as questões referentes ao bom andamento dos materiais;

l) Manter, sempre por escrito com a CONTRATANTE, os entendimentos sobre o objeto/serviço contratado, ressalvados os casos determinados pela urgência dos mesmos, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis;

m) Manter todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas pelo ordenamento jurídico, durante a vigência do contrato;

n) Prestar garantia aos materiais/serviço em razão do objeto desta contratação/licitação e será complementar à legalmente prevista no Código de Defesa do Consumidor, devendo a mesma ser conferida mediante termo escrito;

o) Os serventes de área administrativa deverão cumprir a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, compreendendo de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 h, exercendo as seguintes atividades:

Nas áreas internas (diariamente) - manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo contratante;

Remover o pó de mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, corrimãos, bem como dos móveis existentes, dos aparelhos elétricos, dos

extintores de incêndio, etc.

Evitar fazer a limpeza e bocais (e outras partes manuseadas) com produtos potencialmente alergênicos;

Remover o pó dos tapetes e lavá-los, no mínimo, 02 (duas) vezes por semana;

Remover manchas, sempre que possível, imediatamente após a sua formação;

No caso de as manchas serem de substâncias que contenham óleo ou gordura, recomenda-se retirar o excesso com um pano umedecido com álcool (sem esfregar) e, em seguida, usar um pano umedecido com água e sabão e, depois, enxugar com pano seco ou papel absorvente;

Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido, desinfetante e água sanitária, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;

Lavar pisos, bacias, assentos, mictórios e pias, no mínimo, 01 (uma) vez ao dia, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso, efetuando, inclusive, desentupimentos quando a situação exigir;

Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete líquido e papel toalha nos respectivos sanitários, sempre que necessário;

Varrer os pisos, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e retirando-os para local previamente indicado pelo contratante;

Passar pano úmido nas cerâmicas;

Executar demais atividades correlatas consideradas necessárias.

Nas áreas internas (semanalmente):

Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

Limpar divisórias, portas, barras e batentes;

Lustrar todo o mobiliário;

Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produtos alergênicos, usando apenas pano úmido;

Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões e fechaduras;

Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral com pano úmido;

Limpar os azulejos, os pisos e espelhos dos sanitários mantendo-os em adequadas condições de higienização;

Executar a limpeza de lajes ou forros, luminárias, janelas, paredes e divisórias, portas e visores, maçanetas, interruptores e outras superfícies;

Lavar os pisos de cerâmica;

Limpar todos os vidros internos;

Higienizar os cestos;

Executar demais atividades correlatas consideradas necessárias.

Nas áreas externas (Diariamente):

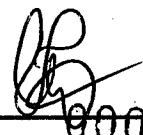
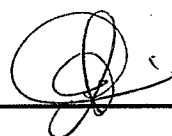
Varrer o piso das áreas externas;

Retirar papéis, resíduos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e colocando-os em local adequado indicado pelo contratante, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade da unidade, observada a legislação ambiental vigente e de medicina e segurança do trabalho;

Remover o pó dos tapetes;

Remover os resíduos, acondicionando o lixo em local adequado indicado pelo contratante;

Executar demais atividades correlatas consideradas necessárias.



Nas áreas externas (Semanalmente):

Lavar as calçadas;

Lavar os banheiros externos;

Remover o pó e passar pano úmido embebido em água e sabão ou detergente neutro, eliminando manchas das paredes e pilares, das portas, de corrimãos e guarda-corpos;

Executar demais atividades correlatas consideradas necessárias.

p) O auxiliar de jardinagem da área administrativa externa deverá cumprir a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, compreendendo de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 h, exercendo as seguintes atividades:

Diariamente - Plantar, transplantar e cuidar de vegetais, plantas decorativas e diversos;

Zelar pela conservação de canteiros, gramas, caminhos, calçadas, passeios, entre outros;

Molhar as áreas externas (gramas, canteiros, etc.), ficando responsável por controlar o sistema automático de irrigação, conforme necessário;

Semanalmente - Adubar e podar as plantas externas;

Erradicação permanente de ervas rasteiras das áreas gramadas.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

O valor total para o presente ajuste é de R\$ 13.827,75 (treze mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos), de acordo com os valores constantes na Proposta de Preços.

DESCRIÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CLASSIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Servente de Área Administrativa	POSTO	4	SERVIÇO	R\$ 2.765,55	R\$ 11.062,20
2	Auxiliar de Jardinagem	POSTO	1	SERVIÇO	R\$ 2.765,55	R\$ 2.765,55
VALOR TOTAL: R\$ 13.827,75 (Treze mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos)						

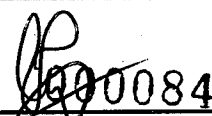
SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O preço proposto será fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O preço ajustado poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBETO

O objeto/serviço deste contrato será recebido por Comissão ou Setor (es) designados para este fim, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega do objeto/serviço deste contrato nos locais especificados pela CONTRATANTE e da Nota Fiscal devidamente discriminada, em nome do órgão requisitante mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e demais especificações, para efeito de testes e verificação da conformidade do bem com as exigências deste instrumento e da proposta, bem como consequente aceitação, procedendo-se observações, se necessário e, ainda, as disposições dos artigos 73 ao 76 da Lei 8.666/93.

c) O prazo para testes e recebimento definitivo será de 30 dias (já incluído o prazo para recebimento provisório), a partir da entrega do objeto pela CONTRATADA.

d) No caso do objeto ser entregue incompleto ou apresentar alguma desconformidade passível de ser sanada, o prazo de recebimento definitivo passará a contar na sua totalidade, a partir da correção da pendência.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORNECIMENTO

A empresa contratada deverá entregar o objeto/serviço de forma imediata, na Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, de acordo com a necessidade e sempre mediante prévia solicitação do setor responsável.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à CONTRATADA, até o 15º (décimo quinto) dia útil, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesses períodos a fase de ateste da mesma - a qual conterà o endereço, o CNPJ, o número da Nota de empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto da contratação - em moeda corrente nacional, por intermédio da Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para a execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES-BA, CNPJ nº 04.214.440/0001-00.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas

de Pequeno Porte - SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a entrega dos itens/materiais/prestações de serviços e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento se cumpridas pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e legais.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA QUINTA - No caso de incorreção dos documentos apresentados, inclusive na nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

SUBCLÁUSULA SEXTA - A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Contratante, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para custeio da(s) despesa(s) decorrente(s) da contratação correrá(ão) por conta de recursos financeiros próprios à conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.01.000 - Câmara Municipal

006 - Poder Legislativo

00 - Recurso Ordinário

1.31.006.2.001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.34.00.0 - Outras Despesas de Pessoal Decorrente de Contratos de Terceiros

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá prazo de validade de 08 de fevereiro de 2021 à 08 de março de 2021, conforme solicitação desta Casa de Leis, asseguradas todas as garantias previstas neste Contrato.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato poderá ser prorrogado, a critério do CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo, nos moldes da legislação pertinente (Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993).

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Em caso de aditivo, havendo necessidade de atualização do valor pactuado, o índice a ser aplicado é o IGPM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato será exercida pelo Senhor Cristhian Santos Silva, conforme Portaria nº. 059 de 11 de janeiro de 2021, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir, e avaliar a execução dos serviços objeto deste contrato, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que

surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à **CONTRATADA**, conforme determina o art. 67 da lei n° 8.666.1993 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Não obstante ser a **CONTRATADA** a única e exclusiva responsável pelo objeto do contrato, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização do contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Cabe à **CONTRATADA** atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a **CONTRATANTE**, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da **CONTRATADA** que é total e irrestrita em fornecimento do objeto, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

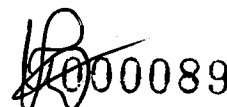
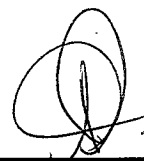
SUBCLÁUSULA QUARTA - Os materiais objeto deste Contrato, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela **CONTRATANTE**, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa dos mesmos, bem como seu devido refazimento e/ou adequação, sem que caiba a **CONTRATADA** qualquer tipo de reclamação ou indenização.

SUBCLÁUSULA QUINTA - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se, na execução do objeto, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da lei nº 8.666/1993, na hipótese de recusa injustificada da empresa em celebrar o Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente aos produtos em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas;
- d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, quando da entrega do(s) produto(s) solicitado(s) fora do prazo estipulado pela Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir do primeiro dia de atraso.



e) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, quando decorridos 13 dias, ou mais, de atraso multa de 1% (um por cento) pelo atraso, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a rescisão/anulação unilateral do Contrato;

f) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

g) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do contrato pela CONTRATADA, a qual será aplicada gradualmente, conforme a gravidade da infração.

h) Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O valor da multa poderá ser descontado na Nota Fiscal/Fatura ou do crédito existente na CONTRATANTE, em favor da

CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

SUBCLÁUSULA QUARTA - As sanções previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Não será aplicada multa se, justificadamente e comprovadamente, o atraso do fornecimento dos materiais advier de caso fortuito ou força maior.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A rescisão deste contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

SUBCLÁUSULA QUARTA - Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PRORROGAÇÃO

Nos termos do art. 57, II da Lei nº. 8.666/1993, a critério da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães-BA, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

Nos casos omissos serão aplicadas as normas estabelecidas no Código Civil e Código de Processo Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

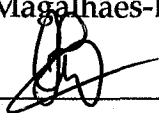
Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

O foro para solucionar os litígios que decorrem da execução deste Contrato será o da Justiça Estadual da Comarca de Luís Eduardo Magalhães-BA.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Luís Eduardo Magalhães-BA, 08 de fevereiro de 2021.

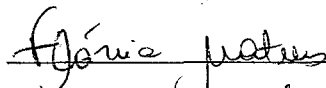


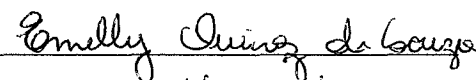
**CÂMARA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
FERNANDO CARNEIRO DE ARAÚJO
CONTRATANTE**



**E H A PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
RODRIGO ALMEIDA
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:


CPF: 862.376.295-99


CPF: 046.06.28.54



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021
DISPENSA Nº 013/2021
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de intermediação de mão de obra para os serviços de servente de área administrativa e auxiliar de jardinagem da área administrativa externa, a serem executados nas dependências da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, com o fornecimento de equipamentos, materiais e ferramentas necessárias e adequadas para a manutenção, conservação e limpeza da área do jardim deste Poder Legislativo, pelo período de 01 (um) mês.

BASE LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

CONTRATO: 014/2021.

CONTRATADA: E H A PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 40.019.187/0001-90, situado na Rua B1, nº. 943, Bairro Boa Vista - Luís Eduardo Magalhães/BA.

VALOR: R\$ 13.827,75 (treze mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 08/02/2021 a 08/03/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.01.000 - Câmara Municipal

006 - Poder Legislativo.

00 - Recurso Ordinário

1.31.006.2.001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.34.00.0 - Outras despesas de pessoal decorrente de contrato de terceiro-

Luís Eduardo Magalhães - BA, 08 de janeiro de 2021.


SABRINA GONÇALVES CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

000094

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

DISPENSA Nº 013/2021

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de intermediação de mão de obra para os serviços de servente de área administrativa e auxiliar de jardinagem da área administrativa externa, a serem executados nas dependências da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, com o fornecimento de equipamentos, materiais e ferramentas necessárias e adequadas para a manutenção, conservação e limpeza da área do jardim deste Poder Legislativo, pelo período de 01 (um) mês.

BASE LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

CONTRATO: 014/2021.

CONTRATADA: E H A PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 40.019.187/0001-90, situado na Rua B1, nº. 943, Bairro Boa Vista - Luís Eduardo Magalhães/BA.

VALOR: R\$ 13.827,75 (treze mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 08/02/2021 a 08/03/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.01.000 - Câmara Municipal

006 - Poder Legislativo.

00 - Recurso Ordinário

1.31.006.2.001 - Gestão das Ações Legislativas

3.3.90.34.00.0 - Outras despesas de pessoal decorrente de contrato de terceiro-

Luís Eduardo Magalhães - BA, 08 de janeiro de 2021.

SABRINI GONÇALVES CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ERRATA DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2021
DISPENSA Nº. 013/2021

A Presidente da CPL, no uso de suas atribuições legais retifica a homologação, adjudicação e o extrato do contrato nº. 014/2021 publicados no Diário Oficial da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:


Luís Eduardo Magalhães - BA, 08 de janeiro de 2021.

LEIA-SE:

Luís Eduardo Magalhães - BA, 08 de fevereiro de 2021.

Todo o restante permanece inalterado.

Luís Eduardo Magalhães, 17 de fevereiro de 2021.


SABRINI GONÇALVES CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

000099

Dispensas de Licitações

**ERRATA DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2021
DISPENSA Nº. 013/2021**

A Presidente da CPL, no uso de suas atribuições legais retifica a homologação, adjudicação e o extrato do contrato nº. 014/2021 publicados no Diário Oficial da Câmara Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

Luís Eduardo Magalhães - BA, 08 de janeiro de 2021.

LEIA-SE:

Luís Eduardo Magalhães - BA, 08 de fevereiro de 2021.

Todo o restante permanece inalterado.

Luís Eduardo Magalhães, 17 de fevereiro de 2021.

SABRINI GONÇALVES CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação